

Finanças

ECONOMIA - BRASIL

Acordo com o FMI Governo consegue flexibilização que evita cortes no orçamento da Petrobras e outras estatais

Superávit cai para garantir investimento

Mônica Izaguirre
De Brasília

O governo brasileiro finalmente convenceu o Fundo Monetário Internacional (FMI) a dar um tratamento diferenciado aos investimentos de empresas estatais comparativamente a outras despesas do setor público, após dois anos de discussão. Anunciada ontem, a última revisão do acordo com o fundo já inclui um mecanismo de flexibilização de metas fiscais para aumentar ou proteger de cortes os investimentos da Petrobras.

O acordo permite que o piso do superávit primário do setor público fixado para setembro caia para acomodar mais gastos da Petrobras com investimentos, ou para evitar que eles sejam cortados caso a estatal não conseguisse os resultados previstos para o próximo ano.

O novo mecanismo só não abre espaço para mais investimentos já em 2002, porque o atual governo decidiu não flexibilizar a meta deste ano, com receio de que os mercados interpretassem a medida como um "falso sinal" de relaxamento do ajuste das contas públicas. Mas ainda assim a novidade poderá ser útil para o próximo presidente da República.

A meta de superávit primário do ano todo, para o conjunto do setor público, inclusive Petrobras, continua em 3,75% do PIB ou R\$ 48,7 bilhões, ressaltou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

Bier destacou que o governo tampouco vai sugerir ao Congresso adoção do mecanismo de flexibilização para as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO), válidas para o governo federal e suas estatais.

A preocupação em não dar sinais que possam aumentar a turbulência dos mercados também levou o governo a criar e a incluir no acordo um piso de superávit primário para o setor público sem Petrobrás, fixado em R\$ 31 bilhões para o período janeiro-setembro. O objetivo é evitar que o mecanismo de flexibilização abra espaço para que outros segmentos da administração pública relaxem no controle de gastos. "Tudo foi desenhado para que apenas os investimentos sejam protegidos", disse ao Valor o chefe da assessoria econômica do Ministério do Plane-

jamento, Joaquim Levi, que participou do anúncio.

A forma de calcular o resultado primário das contas públicas (conceito que exclui juros e correção de dívida) não se altera. Os investimentos das estatais continuam a ser considerados despesas primárias e, portanto, continuam a pesar contra a obtenção de superávit nas contas. Mas, para marcar posição e abrir um debate que permita aumentar investimentos no futuro, o governo decidiu refletir nas metas de superávit do acordo com o FMI, que só vão até setembro, uma mudança conceitual que considera importante no novo manual do fundo sobre contas pú-

blicas. Trata-se do reconhecimento de que, diferente das despesas correntes, as despesas com investimento geram retorno, na medida em que representam a constituição de um ativo.

Chamar a atenção do mercado internacional para esta diferença é algo considerado pelo governo como importante para a visão sobre a qualidade do ajuste fiscal brasileiro e a sustentabilidade da dívida pública, explicou Bier.

A meta fiscal sujeita ao ajuste acertado com o FMI é o piso de superávit primário consolidado do setor público para o período janeiro-setembro. Em princípio, o piso de superávit continua em R\$

34,1 bilhões, como já estava previsto desde a revisão anterior. Mas poderá cair. O ajuste da meta poderá chegar, no limite, ao montante de investimentos feitos pela Petrobrás até lá e que, por enquanto, estão previstos R\$ 7,5 bilhões. Se os investimentos foram maiores, a meta poderá cair mais.

Mas há restrições. Para que a dedução da meta chegue ao valor total dos investimentos, a Petrobras terá necessariamente que cumprir o superávit primário programado em relação às despesas correntes, ou seja, as demais despesas primárias, fixado em R\$ 10,6 bilhões.

Qualquer frustração do chamado superávit primário cor-

rente (sem investimentos) diminuirá o tamanho do ajuste a ser feito na meta fiscal consolidada do setor público. Ao mesmo tempo, se a Petrobrás fizer um superávit corrente maior e o mesmo volume de investimentos, a sobra não vai aumentar o tamanho do ajuste a ser feito na meta. Afinal, destacou Bier, o mecanismo "não foi pensado para abrigar gastos maiores de outra natureza, nem da Petrobrás, nem de qualquer outro segmento do setor público".

O mecanismo de ajuste, no entanto, preserva os investimentos da Petrobrás caso a empresa não consiga fazer o superávit corrente esperado. Qualquer superávit corrente acima de R\$ 3,1 bilhões até setembro geraria um ajuste na meta para baixo, uma vez que a frustração de resultado, a ser abatida do ajuste, ficaria abaixo dos R\$ 7,5 bilhões programados em investimentos.

Se a Petrobrás fizer, por exemplo, um superávit corrente de R\$ 6,2 bilhões e investimentos de R\$ 7,5 bilhões, a meta do consolidado do setor público cairia para R\$ 31 bilhões, o mínimo que o restante do setor público tem que fazer sem a Petrobrás. Nesta hipótese, porém, a Petrobrás teria um déficit primário global de R\$ 1,3 bilhão, que precisaria ser compensado pelo restante do setor público, para se atingir a meta de R\$ 31 bilhões.

Bier destacou que os investimentos da estatal do petróleo merecem um tratamento diferente de outras despesas porque a empresa tem boa governança corporativa e suas decisões de investimentos tem motivos comerciais, não podendo, portanto, ficar atreladas à política fiscal.